

A mídia e o Congresso

Rubem Azevedo Lima

* 8 MAI 1995

O presidente do Senado, José Sarney, está voltando de Cartagena, na Colômbia, onde participou de debate com parlamentares das três Américas, sobre relações da mídia com o poder, especialmente o Legislativo.

Tais relações não são boas, no Brasil e em nenhum país do mundo. Sempre que imprensa critica o Congresso, os deputados e senadores reclamam de injustiças. Quando se queixam diretamente aos meios de comunicação, no caso de informações que os atingem e consideram erradas, alegam que suas queixas não são acolhidas. O próprio Sarney já se julgou atingido por notícias a seu ver imprecisas e pediu correção, mas não teve êxito.

Os congressistas costumam dizer que o trabalho sério do Legislativo não tem o espaço na mídia, preocupada — afirmam — só com o anedótico ou o escândalo. Em resposta, os jornalistas lembram que apenas registram os fatos e não têm culpa se os mais marcantes e de maior interesse, no Legislativo, sejam os mais comprometedores para a instituição. A denúncia jornalística, em tais casos, é própria da democracia e ajuda a esclarecer a sociedade.

Até hoje o Congresso não absorveu o que ali se considera excessos jornalísticos, ocorridos — dizem — durante as investigações da CPI do Orçamento, quando, supostamente sem provas, conforme acrescentam, se levantaram suspeitas sobre parlamentares tidos como inocentes.

Teria sido por efeito desse fenômeno, ao que informou um senador, que o Senado arquivou denúncias da imprensa contra o senador Ernandes Amorim, acusado de envolvimento com o narcotráfico e o contrabando, embora o senador Josaphat Marinho e outros exigissem maiores investigações sobre o assunto.

Evidentemente, erros e exageros ocorrem de parte a parte e os da imprensa, em geral, comportam solução ou processo. No tocante ao Brasil, que se insere no quadro geral de desperdício do Legislativo, após o surgimento de organizações atuantes nas decisões políticas, como as ONGs, há particularidades a considerar.

Durante o funcionamento da Constituinte, em 1987 e 1988, os grandes meios de comunicação de massa, com raras exceções, foram implacáveis em relação ao trabalho dos constituintes. As mazelas da Assembléia tiveram o mesmo ou até mais espaço na mídia que a elaboração legislativa dos constituintes. Cinco anos depois, na revisão constitucional, repetiu-se o mesmo fenômeno, com mais desenvoltura, pois as mudanças na Constituição seriam menores. Agora, após a remessa do pacote de reformas constitucionais do governo Fernando Henrique, praticamente toda a mídia eletrônica do país parece ter-se articulado não para proporcionar o exame isento de cada assunto, mas para forçar decisões num único rumo. E que não é, necessariamente, o do interesse público. Só que os congressistas, em geral, aceitam esse fato, sem maiores protestos.

CORREIO BRAZILIENSE